

Cadastro para verificação dos requisitos legais e estatutários exigidos para indicação de **CONSELHEIRO FISCAL** de Autarquias, Fundações e Serviço social autônomo nos termos do Decreto nº 58.093/2018 e da Lei de Criação da entidade.

**DADOS GERAIS**

|  |
| --- |
| Nome completo:  |
| CPF:  | Sexo: :  |
| Cargo efetivo:  |
| Função comissionada:  | Código da função:  |
| Telefone profissional:  | Telefone pessoal:  |
| E-mail profissional:  |
| E-mail pessoal: |
| Cargo para o qual foi indicado:  |
| Entidade à qual foi indicado:  |

**REQUISITOS - Necessidade de comprovação documental (itens 1, 2, 3, 4, 6 e 7)**

|  |  |
| --- | --- |
| 1. É servidor Municipal indicado pela Secretaria Municipal da Fazenda? | ( ) sim ( ) não |
| 2. É servidor Municipal representante da Controladoria Geral do Município? | ( ) sim ( ) não |
| 3. É servidor eleito dentre os servidores da entidade por seus pares? | ( ) sim ( ) não |
| 4. É superintendente da entidade a qual foi indicado? | ( ) sim ( ) não |
| 5. Tem formação acadêmica compatível com o cargo para qual foi indicado? (Decreto Municipal 58.903, Art. 11, III)? | ( ) sim ( ) não |
| 6. Descreva sua formação acadêmica: |
| 7. Assinale a experiência profissional abaixo que você possui (Decreto Municipal 58.903, Art. 11, III):( ) 03 anos em cargo de direção ou assessoramento na administração pública.( ) 03 anos em cargo de direção (conselho de administração, diretoria ou comitê de auditoria) em empresa.( ) 03 anos como Conselheiro Fiscal. |
| 8. É residente no Brasil (Decreto Municipal 58.903, Art. 11, III)? | ( ) sim ( ) não |
| 9. Cumpre as exigências da Lei Municipal de criação da entidade para qual foi indicado? | ( ) sim ( ) não |

**REPUTAÇÃO ILIBADA E VEDAÇÕES**

|  |
| --- |
| **Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º - I** |
| 10. É pessoa inalistável ou analfabeto? | ( ) sim ( ) não |
| 11. É membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa ou das Câmaras Municipais, que haja perdido o respectivo mandato por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Munícios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura? | ( ) sim ( ) não |
| 12. Foi Presidente ou Vice-Presidente da República, Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal ou Prefeito ou Vice-Prefeito que perdeu seu cargo eletivo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenha sido eleito? | ( ) sim ( ) não |
| 13. Tem contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes? | ( ) sim ( ) não |
| 14. Foi condenado criminalmente, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por qualquer dos crimes abaixo?* 1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
	2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
	3. contra o meio ambiente e a saúde pública;
	4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
	5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
	6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
	7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
	8. de redução à condição análoga à de escravo;
	9. contra a vida e a dignidade sexual;

10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando. | ( ) sim ( ) não |
| 15. Foi declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos? | ( ) sim ( ) não |
| 16. Teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição? | ( ) sim ( ) não |
| 17. Foi detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiou a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes? | ( ) sim ( ) não |
| 18. Exerceu cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação? | ( ) sim ( ) não |
| 19. Foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição? | ( ) sim ( ) não |
| 20. Foi Presidente ou Vice-Presidente da República, Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito ou Vice-Prefeito, membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciou a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura? | ( ) sim ( ) não |
| 21. Foi condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena? | ( ) sim ( ) não |
| 22. Foi excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário? | ( ) sim ( ) não |
| 23. Foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de ter desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude? | ( ) sim ( ) não |
| 24. Foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário? | ( ) sim ( ) não |
| 25. É pessoa física e ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão? | ( ) sim ( ) não |
| 26. É magistrado ou membro do Ministério Público que foi aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos? | ( ) sim ( ) não |

**COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL**

|  |
| --- |
| O indicado está ciente da necessidade de anexar à presente declaração os respectivos documentos que atestam o atendimento dos itens 1 / 2 /3 /4 ao qual couber, 6 e 7, do presente formulário, quais sejam: |
| **ITEM** | **MEIOS DE COMPROVAÇÃO** |
| 1. Servidor Municipal indicado pela Secretaria Municipal da Fazenda. | * Cópia dos Termos de Nomeação e Posse.
 |
| 2. Servidor Municipal representante da Controladoria Geral do Município? | * Cópia dos Termos de Nomeação e Posse.
 |
| 3. Servidor eleito dentre os servidores da entidade por seus pares? | * Cópia dos Termos de Nomeação e Posse.
 |
| 4. Superintendente da entidade a qual foi indicado? | * Cópia dos Termos de Nomeação e Posse.
 |
| 6. Formação acadêmica compatível com o cargo para qual foi indicado | * Cópia do diploma de graduação (frente e verso) e/ou outros certificados que comprovem a formação acadêmica compatível.
 |
| 7. Dentre os itens abaixo, trazer a comprovação daquele que descreva a experiência mais aderente ao cargo de Conselheiro Fiscal da empresa para a qual foi indicado. |
| 03 anos em cargo de direção ou assessoramento na administração pública. | * Ato de nomeação e de exoneração.
 |
| 03 anos em cargo de direção (conselho de administração, diretoria ou comitê de auditoria) em empresa. | * Ato de nomeação e de exoneração, se houver;
* Declaração da empresa/órgão;
* Registro em carteira de trabalho.
 |
| 03 anos como Conselheiro Fiscal. | * Ato de nomeação e de exoneração.
 |

**Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais**, que eventuais declarações falsas possam acarretar, afirmo que as informações prestadas e os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie, podendo ser utilizados para os fins a que se destinam.

Local e data Assinatura do(a) indicado(a)